
T758

Trabalho, tecnologias, multinacionais e migrações: desafios contemporâneos dos direitos humanos na ordem democrática global [Recurso eletrônico on-line] organização IV Congresso De Estudos Jurídicos Internacionais e I Seminário Internacional De Pesquisa Trabalho, Tecnologias, Multinacionais E Migrações -TTMMs – Belo Horizonte;

Organizadores: Fabrício Bertini Pasquot Polido, Maria Rosaria Barbato e Natália das Chagas Moura – Belo Horizonte, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-671-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Desafios contemporâneos e expansão dos direitos humanos na ordem democrática global

1. Trabalho. 2. Tecnologias. 3. Multinacionais. 4. Migrações. I. I Congresso de Tecnologias Aplicadas ao Direito (1:2018 : Belo Horizonte, BH).

CDU: 34



1. Introdução

O mundo contemporâneo, globalizado e de intensas migrações, mostra-se solo fértil para a discussão acerca da história dos fluxos migratórios para o Brasil, assim como suas análises sobre o presente e suas perspectivas para o futuro. O fenômeno da migração remonta aos primórdios da humanidade, tratando-se de um tema polêmico e complexo, uma vez que envolve diversos fatores e pode ser estudado sob o prisma de diversas teorias. Neste trabalho, analisa-se o contexto sócio-político do norte da Itália na segunda metade do século XIX, e o consequente início do fluxo migratório de italianos para a província do Espírito Santo, à luz da teoria *Push-Pull*, desenvolvida por Ravenstein (1885), por meio de pesquisa bibliográfica em autores como Grosselli (2008), Daemon (2010) e Franceschetto (2014), que discorreram acerca dos motivos que impulsionaram a vinda de milhares de italianos para a província do Espírito Santo, em sua maioria provenientes das regiões do Trento e do Vêneto, e a consequente trajetória desses indivíduos no território capixaba.

A seguir, trata da expedição Pietro Tabacchi, responsável pelo traslado de 388 imigrantes da Itália para o Brasil província do Espírito Santo, no ano de 1874. Por derradeiro, assinala a trajetória de alguns desses colonos que, ao rebelarem-se com as péssimas condições que lhes foram impostas na colônia de Nova Trento, fogem para outras regiões da província do Espírito Santo. O trabalho busca ressaltar que um dos destinos dos colonos foi o núcleo *Timbuhy*, posteriormente denominada Vila de Santa Teresa, origem da primeira cidade fundada por imigrantes italianos no Brasil, fato contestado pela historiografia oficial.

2. A Itália na segunda metade do século XIX e os fluxos migratórios para as Américas

Desde a segunda metade do século XIX, emergiu um contexto extremamente

desfavorável aos camponeses do Norte da Itália. O Congresso de Viena, que ocorreu entre maio de 1814 e julho de 1815, foi responsável por dividir a Itália em oito Estados, sendo eles: o Reino da Sardenha, o Reino da Lombardia-Veneza, os ducados de Parma, de Lucca e de Modena, o Grão-ducado de Toscana, os Estados Pontifícios e o Reino das duas Sicílias. Essa realidade chocava-se com os ideais revolucionários franceses que ainda estavam presentes no contexto político-social italiano, responsáveis por potencializar os anseios de unificação por parte da população.

O cenário de guerras de unificação resultou no fato de que, no dia 17 de março de 1861, após a integração política do norte, do centro e do sul com o referendo de 21 de outubro de 1860, proclamou-se o Reino da Itália e Vittorio Emanuele II foi intitulado rei. Ao final dessas guerras, a Itália portava uma unificação imperfeita e encontrava-se debilitada economicamente, com alto índice de desemprego e uma população rural empobrecida em um território mergulhado no caos e desordem. De acordo com Renzo Grosseli (2008), o problema surgiu espontaneamente do mesmo modo, para a burguesia trentina, em uma terra em que desde tempos imemoriais falava-se a língua italiana e cuja cultura também provia desse país. No entanto, a administração da região foi, durante vinte e cinco anos, estrangeira, sobretudo austríaca.

A burguesia trentina, no momento em que se formava sua consciência de classe, viu impedido o seu acesso aos mais importantes instrumentos de poder. O artifício usado pelos políticos de Viena foi o de privar as classes dirigentes de Trento de todo o poder de decisão referente ao seu presente e ao seu futuro. (GROSSELLI, 2008, p.23)

Por conseguinte, Trentino, durante o século XIX, viu-se em um período de lutas pela emancipação do Estado da “tutela vienense”, com o desejo de se libertar do Império austríaco e de se anexar ao território italiano que havia se unificado. Além disso, a sociedade trentina se deslocara do isolamento sócio- econômico e rompera heranças feudais. A região de Trentino

era estruturada em torno da agricultura, mesmo com as dificuldades territoriais que impossibilitavam um resultado amplamente satisfatório. O camponês desfrutava até a exaustão de uma terra sem condições de fertilidade ideal. Assim, a fim de superar essa problemática, o trabalho passou a ser supervalorizado.

Ainda que fosse um fator levado com seriedade e intensidade, o trabalho não foi capaz de transformar totalmente a realidade difícil que se projetava na região trentina. Havia falta de terras, superpopulação do território e recursos precários e indisponíveis para todos os cidadãos. Nesse contexto, o cidadão trentino compreendia a necessidade de emigrar.

Primeiramente, o anseio de deslocar-se de seu território fora realizado de maneira sazonal, com a realização de trabalhos artesanais especializados, tendo como destino regiões limítrofes, como Vêneto e Lombardia. Mais tarde, em consonância com a Segunda Revolução Industrial, os camponeses passaram a emigrar para áreas como a França, a Áustria, a Alemanha e a Suíça. Nesses países, realizavam serviços públicos em estradas e ferrovias, mas com a lógica de retornar para Trentino com melhores condições de vida.

Como um terceiro nível, a emigração transoceânica deu-se em um cenário de desespero camponês. Tratava-se de cidadãos que já não possuíam condições de se estabelecerem na Europa, que acreditavam na possibilidade de transformação de suas realidades, e que foram informados de que as Américas precisavam de ter suas riquezas movimentadas, possuíam crescimento com certo ritmo e um maior desbravamento do território.

Para a grande maioria, tratava-se de uma emigração intencionalmente definitiva. Muito poucos retornaram para a Itália, mesmo porque, antes de partir, e mesmo nos primeiros tempos da colônia, tinham vendido tudo o que possuíam. A direção do fluxo migratório fora determinada especialmente por dois fatores, o primeiro, foi a publicidade que vários países, os latino-americanos em primeiro lugar, fizeram no Trentino sobre as suas experiências de colonização. (GROSSELLI, 2008). Nesse aspecto, os fluxos migratórios para as Américas se

davam principalmente com direção à Argentina, aos Estados Unidos e ao Brasil.

Com relação ao Brasil, o ápice desse movimento migratório ocorreu de 1875 a 1878, a um nível que alertou autoridades vienenses da possibilidade de despovoamento de Trento. Dentre outras províncias brasileiras, o Espírito Santo, com a agricultura cafeeicultora, atraiu milhares de emigrantes europeus, que viam nessa província a promessa de uma vida digna, repleta de oportunidades e capaz de transformar suas condições de existência.

Dessa forma, cabe a abordagem da Escola Neoclássica a respeito do processo migratório, com a teoria *Push-Pull*, criada por Ernst Georg Ravenstein (1885), que considera o indivíduo como um agente racional que visa à migração como opção para melhorar de vida. Everett S. Lee, em *A Theory of Migration* (1966), ao estudar o conceito de Ravenstein, revela que em todo movimento migratório, sempre haverá um local de origem, um local de destino e um conjunto de obstáculos que deverão ser vencidos pelo migrante. Todo lugar, com a inclusão do local de origem, apresenta fatores de expulsão (*push*), de atração (*pull*) e fatores neutros. Ele anuncia que “o processo de dispersão é inverso ao de absorção e apresenta objetos de características semelhantes” (LEE, 1966, *apud* RAVENSTEIN, 1885, p. 199, tradução nossa).

De acordo com Ravenstein, em *The Laws of Migration* (1885, p. 198) “o apelo ao trabalho em centros de indústria e comércio é a principal causa dessas correntes de migração” (tradução nossa). Portanto, em uma abordagem contextualizada e seguindo uma perspectiva histórica, no cenário dos fluxos migratórios, a Itália estaria “empurrando” (*push*) os indivíduos racionais para a província do Espírito Santo. Do outro lado, a província estaria “puxando” (*pull*) os imigrantes, uma vez que as promessas da gênese de uma nova realidade estariam na consciência dos habitantes italianos, especialmente os de Trentino.

3. Pietro Tabacchi e a expedição de imigrantes para a Colônia Nova Trento

A vinda da primeira grande leva de italianos ao Espírito Santo deu-se por intermédio do empresário Pietro Tabacchi, que, segundo Renzo Maria Grosselli (2008), teria fugido da Itália, provavelmente em 1851. Sua fuga, ou a sua partida do Trentino, deveu-se a questões econômicas, muito provavelmente à sua falência.

Porém, segundo Lucillo Daemon, o motivo da evasão de Tabacchi teria sido outro: “Homem inteligente e ilustrado, tendo mesmo o curso de Medicina, que não concluiu em seu país por ter-se envolvido em uma revolução, para aqui viera e se estabelecera montando uma fazenda, mas sempre dedicado ao estudo” (DAEMON, 2010, p.473).

Proprietário de uma fazenda no município de Santa Cruz, no Espírito Santo, e notando a atração do império brasileiro pela imigração europeia, Tabacchi ofereceu-se para ajudar na realização da vida de imigrantes, caso tivesse a permissão para abater 3500 pés de jacarandá de sua propriedade. No entanto, seu pedido não foi acatado pelo império (GROSSELLI, 2008). Porém, sua ideia não foi esquecida, voltando a investir nela posteriormente, em 1870, e ele foi talvez o único dentre os proprietários de terras do Espírito Santo a recorrer de maneira obstinada à ideia de aplicar à agricultura o trabalho de braços livres e não de escravos (GROSSELLI 2008).

Por fim, após anos de negociação (1870-1873) o governo concedeu à Tabacchi a permissão para intermediar a imigração de 70 famílias: “o contrato firmado por Tabacchi com o governo era muito vantajoso para o empreendedor. Estabelecia uma recompensa realmente alta para cada imigrante importado.” (GROSSELLI, 2008, p.175)

Ademais, há a suspeita de Tabacchi ter cobrado aos italianos por seu traslado. Ressalta-se que:

A organização não precisou esforçar-se muito para atrair clientes em potencial, devido à situação econômica daquelas zonas, embora deva-se acrescentar que aquela foi a primeira emigração em massa e organizada de famílias camponesas do Trentino para

a América. Mas os emissários do empresário não “pescaram” emigrantes apenas no Trentino. Dentre as famílias que se estabeleceram no Espírito Santo, havia uma minoria (não é possível determinar com precisão o percentual, mesmo tratando-se de um número muito reduzido) originária do Vêneto (GROSSELLI, 2008, p.176).

Conforme exposto, é imperioso destacar que o cenário de guerras de emancipação do controle Austro-Húngaro na região do Trentino e de unificação do território italiano tiveram papel fundamental na concretização da imigração italiana para o Brasil. Posteriormente, o contexto de início de revolução industrial gerou uma massa de trabalhadores camponeses que ficaram sem destino, sofrendo as intempéries da pobreza e da fome, vendo como saída a vinda para o país.

Finalmente, a partida foi marcada para o dia 3 de janeiro de 1874, saindo do porto de Gênova com o navio à vela La Sophia. A bordo, estavam 388 camponeses, um capelão, Dom Domenico Martinelli, um médico, Pio Limana e o responsável pela organização da partida na Itália, Pietro Casagrande, e sua esposa (GROSSELLI, 2008).

Neste ponto, há mais um conflito entre a narrativa de Grosselli e de Daemon. O primeiro diz que Tabacchi não foi à Itália para organizar a expedição; contudo, o segundo afirma que o italiano assim o fez:

Um ano antes de sua morte sacrificara parte dos bens que possuía e partiu para a Europa, a fim de realizar a vinda de colonos tirolezes para montar um núcleo colonial, o que com muitos sacrifícios obteve, mas os colonos, apesar do muito que ele fizera, não conservaram-se satisfeitos, pois, aconselhados e induzidos por outrem, revoltaram-se causando isso grande desgosto a Tabacchi, agravando a afecção de coração que sofria e arrastando-o à sepultura em poucos dias. (DAEMON, 2010, p.473)

Após mais de 1 mês de sua partida, por fim a nau chega à Vitória e os imigrantes desembarcam em 27 de fevereiro de 1874. No dia 1º de março de 1874, por meio de um barco, a expedição seguiu para a fazenda de Tabacchi e já no 3º dia de março, os colonos se mostravam descontentes com a vida na fazenda, por conta de sua distância do mar (GROSSELLI, 2008). Assim, depreende-se que as expectativas dos colonos perante o Brasil não foram amplamente

contempladas, visto que o resultado desse processo migratório gerou desconforto e frustração.

4. O conflito entre colonos italianos e Pietro Tabacchi

Apesar do grande esforço despendido em favor da expedição, após alguns dias ela já dava sinais de fracasso, com revoltas por parte dos camponeses contra Tabacchi. Em 13 de março de 1874, Pietro Tabacchi e seu genro relatam ao Juiz de Direito de Santa Cruz que estavam sendo ameaçados pelos recém-chegados ítalos, solicitando proteção.

O Juiz enviou o Delegado de polícia para investigar melhor o ocorrido, mas este não se dirigiu propriamente à “Colônia Nova Trento”, como era chamado o estabelecimento de Tabacchi. Observou-o à distância, uma vez que reunira apenas poucos homens, em oposição às centenas de revoltosos. Tabacchi, contudo, difundira um inútil alarmismo; os colonos expressaram-se de forma muito diferente às autoridades. No dia 16, nove deles, representando todo o grupo, foram enviados à capital, e as autoridades foram informadas de que estavam armados. O Secretário de polícia admirou-se, entretanto, de encontrá-los desarmados. Estes negaram ter ameaçado o empresário de incendiar sua casa e, entre outras coisas, afirmaram não ter queixas quanto à alimentação. O problema era a aplicação da quarta cláusula do contrato. Tabacchi solicitou às autoridades policiais que os obrigassem a tomar posse das terras, o que lhe foi recusado, uma vez que consistia um “ato arbitrário e ilegal”. “Seus colonos eram homens livres e não podia obrigá-los a cumprir o contrato de locação de serviço. Nenhum crime havia sido cometido (GROSSELLI, 2008 *apud* APEES- Busatto, doc. da Secretaria de Polícia de 16/03/1874).

A ver, a cláusula quarta do contrato:

4º O Senhor Tabacchi compromete-se também a custear, em favor do emigrante e de todos os membros da família com idade superior a 10 anos, e sem direito a reembolso, as despesas referentes a seu transporte marítimo até seu destino, e a fornecer gratuitamente, de acordo com os costumes do país, a alimentação e o alojamento necessários a partir do dia da chegada, e por um período de 180 dias, a fim de que possam estabelecer-se (GROSSELLI, 2008 *apud* APEES - Busatto: contratos subscritos por vários colonos).

O empreendedor alega que a argumentação dos camponeses não passava de um subterfúgio e que, assim que essa vontade fosse acatada, eles logo encontrariam outro motivo para se queixarem e fugirem do contrato. Além disso, revela que este descontentamento teria

sido semeado por terceiros (GROSSELLI, 2008).

O juiz municipal tentou convencer os imigrantes a mudarem de ideia. No entanto, essa atitude não obteve sucesso. Além disso, observou que estes possuíam uma índole pacífica, uma vez que, quando lhes foi pedido que entregassem as armas, eles obedeceram prontamente à ordem. Ademais, ainda chegou a afirmar que “a verdadeira causa daquela desordem devia-se ao descontentamento dos colonos com relação aos barracões em que Tabacchi os instalara, que não dispunham de divisórias e constrangia todos os colonos a viverem em promiscuidade, situação que consideravam imoral” (GROSSELLI, 2008, p. 186).

Porém, Grosselli (2008, p.186) admite que:

É quase certo que o motivo fundamental do descontentamento resida na proximidade de uma Colônia de Estado ao estabelecimento de Tabacchi. Os camponeses foram informados do tratamento que os emigrantes receberam nas colônias desde a sua chegada. E o contraste com o contrato que haviam firmado com Tabacchi era considerável.

Contudo, facilmente Tabacchi foi convencido a construir um galpão com divisórias mais próximo dos locais de trabalho. De fato, muito dinheiro fora investido nesta expedição e, ainda, a suposição de que os trabalhadores desejavam ver-se livres do contrato também tinha fundamento. Por outro lado, o autor também revela que foram encontradas cartas enviadas a Trentino com informações errôneas acerca da chegada e do estabelecimento dos imigrantes no Espírito Santo. No auge da crise da Colônia Nova Trento, o conteúdo das missivas era no mínimo estranho, como fundamentado por Grosselli:

Os camponeses que as tinham expedido ao Pároco de Novaledo (uma das vilas mais significativas daquela expedição) asseguravam-no que haviam feito uma boa viagem, e que as perspectivas em terra americana eram boas. A terra era fértil, não havia animais ferozes ou serpentes venenosas, e o clima era como o de Trento. As últimas três informações eram destituídas de fundamento e, quanto às boas perspectivas, estas pareciam improváveis, uma vez que entre o empresário e a grande maioria dos camponeses reinava então total desacordo. É quase certo que as cartas tenham sido

ditadas aos camponeses pelo próprio Pietro Tabacchi, ou por algum de seus homens. Tabacchi tinha naturalmente interesse em desmentir as más notícias que chegavam ao Trentino, sobretudo através das autoridades consulares austríacas. (GROSSELLI, 2008, p.187)

Ainda, as faltas de veracidade das cartas enviadas à Itália podem ser comprovadas, uma vez que, 6 dias após a ocorrência de uma epidemia desconhecida que atingiu 60 emigrantes e que matou entre 8 e 14, em março, foi enviado um relato descrevendo as formidáveis condições vividas pelos ítalos nas terras de Tabacchi (GROSSELLI, 2008).

No início de abril de 1875, tem-se notícia de emigrantes da Expedição Tabacchi buscando livrar-se da deplorável situação, procurando emprego na Colônia de Santa Leopoldina; e como já havia sido dada a permissão do Presidente da Província de aceitar esses agricultores, eles conseguiram trabalho. Contudo, Pietro Tabacchi publicara na imprensa que os pertencentes à sua expedição não poderiam ser admitidos por outrem (GROSSELLI, 2008, p. 190):

Comunicação. Aviso. Pietro Tabacchi, tendo contratado diversos colonos do Tirol Italiano para a sua fazenda, situada no Município de Santa Cruz, avisa que procederá com todo o rigor, em conformidade com a lei de 11 de outubro de 1837, contra quem engajar ou admitir tais colonos em qualquer trabalho privado. E, para que ninguém possa alegar ignorância destes fatos, publica este aviso na imprensa. (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1874)

Entretanto, ordens do governo desmentiam esta publicação:

Em 5 de maio os diretores das colônias de Santa Leopoldina e Rio Novo receberam ordem de aceitar os ex-colonos de Tabacchi, garantindo-lhes todas as vantagens oferecidas aos imigrantes pela lei sobre as colônias, de 1867 (GROSSELLI, 2008 apud APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 05/05/1874).

É fato que os acontecimentos decorrentes dessas ordens foram de suma importância para o povoamento italiano por todo o território capixaba, sabendo que sem essa permissão por parte do governo, os contratantes seriam coagidos a não admitirem italianos provenientes da

Expedição Tabacchi.

5. A dispersão dos imigrantes da Expedição Tabacchi e a demarcação do núcleo *Timbuhy*

Aos poucos, os emigrantes da Expedição Tabacchi foram se dispersando pelo território da província. No mesmo período, houve a expansão da colônia de Santa Leopoldina em decorrência da demarcação do Núcleo de *Timbuhy*, onde atualmente se situa Santa Teresa.” Em 18 de maio, 45 colonos foram à Colônia de Santa Leopoldina. Eram aqueles que Tabacchi considerava agitadores e que aconselhara que fossem para a Colônia de Rio Novo, distante de suas propriedades” (GROSSELLI, 2008 apud APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 18/05/1874.).

Outro destino que os imigrantes decepcionados tomaram foi o Núcleo de Santa Cruz, situado ao norte de Vitória, próximo à propriedade de Tabacchi.

Cerca de 189 colonos encontravam-se na aldeia de Santa Cruz e haviam decidido não retornar ao estabelecimento de Tabacchi. É provável que fossem em maior número, pois no dia seguinte 172 adultos e 31 menores foram conduzidos à presença do Presidente da Província por Edoardo Gabrielli. (GROSSELLI, 2008 apud APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 61, doc. dd 16/05/1874)

Em decorrência desse êxodo, várias colônias foram sendo fundadas pelos imigrantes italianos em todo território espírito-santense, disseminando seus aspectos culturais e costumes, sendo Santa Teresa uma região repleta dessas influências históricas.

6. A fundação da Vila de Santa Teresa

Situada na região serrana do Espírito Santo, a vila de Santa Teresa nasceu inicialmente

como sede do Núcleo do *Timbuhy*, anexo à Colônia de Santa Leopoldina. Assinala Franceschetto:

O nome dado à vila é o mesmo de uma estrada que ligava Vitória a Aimorés (Natividade), em Minas Gerais, cujo traçado passava pela região. Nesse local, em 1874, chegaram as primeiras famílias italianas, remanescentes da Expedição Tabacchi. Santa Teresa pode se vangloriar, assim, como a primeira vila e depois cidade fundada por imigrantes italianos no Brasil. (FRANCESCHETTO, 2014, p. 121)

Ao chegar ao núcleo, o imigrante recebia um lote de terra, que deveria ser pago ao governo, mas cujo preço era basicamente simbólico. Nessa perspectiva, entendia-se como dever da família a limpeza da terra e o seu cultivo por completo. Dessa forma, o preço que os indivíduos pagavam pela terra que lhes fora entregue era basicamente convertido em um contrato informal.

Com relação aos lotes, os descendentes de uma mesma família passaram a dividir a mesma terra inicial, o que originou agrupamentos. Dessa maneira, formaram-se pequenas áreas com nomes de dentro das comunidades, o que facilitou o processo de adaptação com o território, uma vez que as pessoas viram-se projetadas em um espaço que fora capaz de ser caracterizado simplesmente com a presença delas.

Esse processo de identificação com a terra, mesmo tendo sido realizado aos poucos e até mesmo inconscientemente, ajudou a reconstruir a identidade cultural e contribuiu para o ajustamento ao novo território. Dessa forma, a arquitetura do ambiente, a paisagem tipicamente italiana, auxiliava a chegada a essa lógica de pertencimento.

No processo de reterritorialização, a reprodução do antigo ambiente pode minimizar os efeitos desta mudança. Neste contexto, Santa Teresa, fundada por imigrantes italianos no ano de 1875, foi construída a partir de um processo de reterritorialização. (SCALZER, 2012, p. 3)

Além da ideia que explora a afinidade com o ambiente e o contexto social, a configuração territorial de Santa Teresa apresentava fatores que contribuíram para a permanência dos indivíduos, como a influência patriarcal na configuração do território, as amplas atividades que se desenvolviam, como o café e a soja, e a presença da pequena propriedade agrícola, que realizava um trabalho familiar responsável dentre outros aspectos, por integrar os habitantes à seus núcleos familiares, como o fortalecimento do vínculo entre eles.

7. Conclusão

As difíceis condições de vida no norte da Itália e as promessas de terras produtivas feitas por Pietro Tabacchi impulsionaram a emigração de centenas de camponeses do norte da Itália para trabalhar nas lavouras da Colônia de Nova Trento, na província do Espírito Santo. O descontentamento dos imigrantes que sonhavam com a terra prometida, frente à situação encontrada na fazenda Nova Trento, causara revolta nos mesmos, levando ao total fracasso o empreendimento de Tabacchi. Deste grupo inicial de italianos, as famílias que decidiram se instalar ainda que de forma provisória no núcleo *Timbuhy*, deram início à ocupação territorial da região, que hoje corresponde ao distrito sede do município. Eles podem, dessa forma, serem considerados os fundadores daquele núcleo e da cidade de Santa Teresa, por mais que a historiografia oficial aceite a data de 26 de junho de 1875 como a data de fundação do município de Santa Teresa. Neste dia, ocorrera o sorteio dos lotes de terras às famílias trazidas pela imigração, patrocinada pelo governo, e para muitos dos que ali já se encontravam instalados, desde 1874, data da expedição de Pietro Tabacchi para a província do Espírito Santo.

8. Referências Bibliográficas

DAEMON, Lucillo. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Italianos**: Base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. p. 55-69.

GENOVEZ, Patricia Falco; SANTOS, Mauro Augusto dos; SCALZER, Simone Zamprogno. O processo de formação do município de Santa Teresa (Espírito Santo) à luz de algumas teorias sobre migrações. **Antípoda: Revista de Antropología y Arqueología**, Bogotá, v. 25, p.121-139, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1900-54072016000200007>. Acesso em: 29 out. 2017.

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias Imperiais na Terra do Café**: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

LEE, Everett S. **A Theory of Migration**, Vol. 3, No. 1, p. 47-57. 1966.

MATOS, Vera de. **Do risorgimento à república**: a Itália em busca de uma identidade nacional. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

O ESPÍRITO-SANTENSE. Vitória, 6 maio 1874.

RAVENSTEIN, E. G. **The Laws of Migration**. Journal of The Statistical Society of London. Londres, p. 167-235. Jun. 1885.

SCALZER, Simone. **A configuração urbana e identidade italiana em Santa Teresa/ES**. Mariana: Encontro Nacional de História, 2012.